



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Junho de 2024
em Julho de 2024

Economia nordestina cresce acima da brasileira

No primeiro semestre de 2024, a economia brasileira superou as expectativas de crescimento do mercado financeiro. Dados do Banco Central (IBC-Br e IBCR-NE) indicam que o PIB do Nordeste acompanhou essa tendência, com o IBCR-NE consistentemente acima do IBC-Br nos cinco primeiros meses de 2024 (gráfico nº 1), refletindo um desempenho destacado da região. Fatores como o aumento do salário mínimo real, crescimento dos benefícios do Bolsa Família e do BPC, e maior acesso ao crédito fortaleceram o poder de compra da população nordestina, impulsionando a demanda e dinamizando a indústria local.

A introdução do Programa Auxílio Brasil no final de 2021 e seu relançamento em março de 2023, com benefícios aumentados para um mínimo de R\$600, tiveram impactos significativos na melhoria dos indicadores de pobreza e extrema pobreza no Nordeste. Entre 2021 e 2023, estimativas da FGV/IBRE revelaram uma redução de quase 18 milhões de pessoas em situação de pobreza no Brasil, representando uma queda de cerca de 23% em dois anos. No Nordeste, essa recuperação foi ainda mais notável. Em 2023, o número de pessoas em situação de pobreza na região caiu para aproximadamente 27,5 milhões, indicando que cerca de 5,4 milhões de pessoas saíram da pobreza desde 2021. Além disso, o número de pessoas em extrema pobreza na região diminuiu 48,1%, ou aproximadamente 4,9 milhões de pessoas. Esses programas contribuíram para uma substancial melhoria nas condições de vida de milhões de nordestinos, sendo decisivos para a mitigação da pobreza no cenário pós-pandemia.

O setor de transformação industrial, segundo o Banco do Nordeste, destacou-se com avanços significativos em 10 das 14 atividades pesquisadas. Setores como derivados do petróleo (2,3%), veículos automotores (6,3%) e alimentos (2,2%) junto com a construção civil foram os principais motores desse crescimento, atribuídos à recuperação da demanda pós-pandemia, incentivos governamentais e investimentos em infraestrutura.

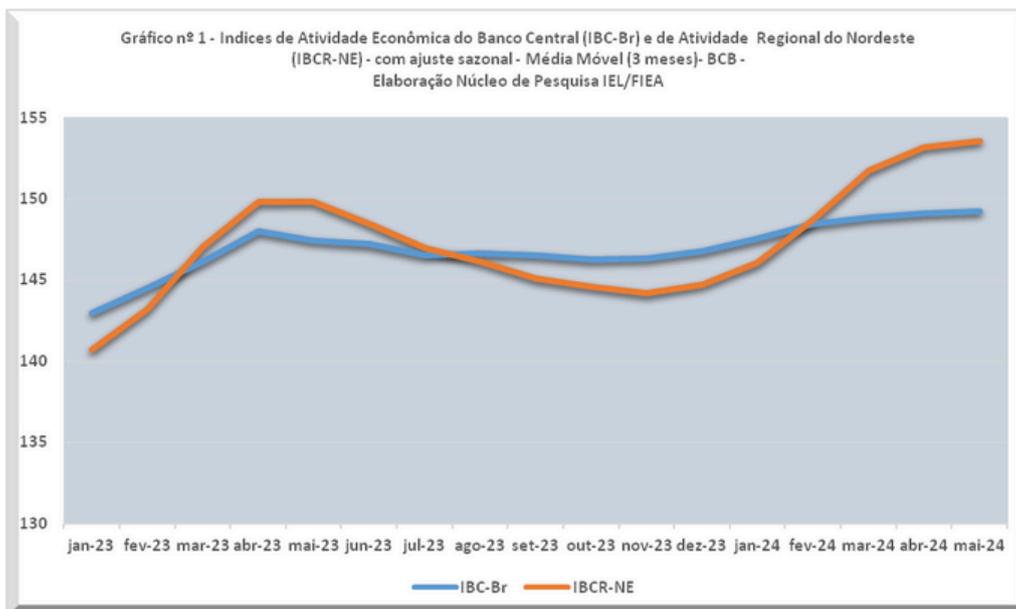
Ainda de acordo com o ETENE/BNB[1], o crescimento da carteira de crédito no Nordeste, registrado em 10,6%, acima do crescimento nacional de 9,2%, reflete uma confiança crescente nas economias locais e maior disponibilidade de recursos financeiros. As operações de crédito para empresas cresceram 12,6%, enquanto para famílias o aumento foi de 9,8%, impulsionando atividades empresariais e consumo familiar.

O setor de serviços também contribuiu para a geração de empregos e expansão econômica. Este setor liderou na criação de novas vagas, especialmente em atividades administrativas, educação, saúde humana e serviços sociais, enquanto a construção civil gerou novos empregos, destacando-se na construção de edifícios e obras de infraestrutura.

A corrente de comércio exterior do Nordeste teve um papel fundamental no crescimento regional. Apesar da queda nas exportações de 5,7%, o aumento de 1,1% nas importações refletiu uma demanda interna robusta. A diversificação das exportações e importações, bem como a resiliência dos setores industrial e agrícola, contribuíram para a manutenção do dinamismo econômico da região.

Em síntese, a combinação de políticas econômicas eficazes estimulou tanto a oferta quanto a demanda de crédito, fortalecendo a confiança dos consumidores e investidores, resultando em um ciclo virtuoso de crescimento econômico da região Nordeste do Brasil. No entanto, do ponto de vista macroeconômico, a manutenção da taxa Selic em 10,75% ao ano, que se traduz em uma taxa real básica de juros de 6,5% ao ano, eleva o custo do capital para as empresas industriais, aumentando o serviço da dívida pública e reduzindo o espaço fiscal para investimentos públicos essenciais para alavancar a infraestrutura física, social e tecnológica da região. Essa política monetária pode comprometer a retomada da indústria regional.

[1] [DSpace - BNB - Banco do Nordeste do Brasil: Informe Macroeconômico, ano 4, n.144, 15 a 19 jul. 2024](#)



Inflação dentro da meta

A inflação no Brasil, medida pelo IPCA, tem se mantido dentro do intervalo da meta de 3% (+/- 1,5%). Indicadores confirmam o controle da inflação, como a inflação acumulada nos últimos doze meses de 4,22% em junho, os núcleos de inflação abaixo de 4% em maio, e a mediana das expectativas de inflação para os próximos doze meses em 3,7% ao ano. As estimativas da pesquisa FOCUS para o IPCA em 2024, 2025 e 2026 são de 4% ao ano, 3,9% ao ano e 3,6% ao ano, respectivamente. Embora acima do centro da meta, esses valores estão dentro do intervalo de tolerância. Esses dados indicam que não há risco de inflação fora da meta no curto e médio prazos, reforçando a decisão conservadora do COPOM de manter a Selic em 10,5% ao ano.

Se a Selic continuasse em queda até 9% ao ano no final de 2024, com uma taxa estimada de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, a economia de juros seria de aproximadamente R\$ 134 bilhões, ou 46% do déficit primário atual de R\$ 280,2 bilhões. Se o governo conseguir baixar o déficit primário para 0,5% do PIB no final do ano, conforme o novo arcabouço fiscal, o déficit seria de R\$ 55,6 bilhões, ou 41,8% da economia com juros.

Analisando a variação do estoque da dívida pública sobre o PIB em 2025, consideramos dois cenários hipotéticos com déficit primário zero, meta do Ministério da Fazenda. No primeiro, assumimos uma taxa de crescimento real do PIB de 2,5% e uma taxa real de juros de 6,5% no ano. No segundo, mantemos a taxa de crescimento do PIB de 2,5%, mas reduzimos a taxa real de juros para 5,5%. Essas hipóteses permitem avaliar o impacto da taxa de juros na relação dívida/PIB na ausência de déficit primário, isolando o efeito dos custos de financiamento.

A análise dos cenários mostra que a redução da taxa de juros real impacta substancialmente a relação dívida/PIB. Quando a taxa de juros é reduzida de 6,5% para 5,5%, a variação da dívida em relação ao PIB diminui de 4% para 3%, destacando a importância de políticas monetárias que reduzam os custos de financiamento da dívida pública, aliviando a pressão sobre o orçamento governamental e facilitando a gestão fiscal sustentável.

A manutenção desnecessária da Selic em 10,5% ao ano, uma vez que a inflação está controlada, compromete o espaço fiscal disponível para investimentos públicos essenciais em infraestrutura física, social e tecnológica, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a competitividade futura do país.

A produção industrial brasileira em abril de 2024

Os dados do IBGE mostraram que, em maio de 2024, a produção industrial brasileira caiu pelo segundo mês consecutivo, registrando uma variação de -0,9% em relação a abril de 2024, ajustada sazonalmente, e -1,0% em comparação a maio de 2023. A queda foi influenciada por desastres climáticos no Rio Grande do Sul, a interrupção na redução da taxa Selic, e maior aversão ao risco nos mercados financeiros, resultando na desvalorização cambial e aumento dos custos de produção. Todos os macrossetores e a maioria dos ramos industriais apresentaram desempenho negativo, especialmente os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital, que são mais sensíveis às condições de crédito. O ambiente político instável também afetou negativamente as expectativas empresariais e a regulamentação da reforma tributária. [1]

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,9	-1,0	2,5	1,3
Bens de capital	-2,7	3,1	4,1	-6,8
Bens Intermediários	-0,8	-2,2	2,0	1,6
Bens de consumo	-1,3	0,7	3,7	2,3
Bens de consumo duráveis	-5,7	-10,6	2,8	-0,5
Semiduráveis e não duráveis	-0,1	2,6	3,8	2,8
Extrativa Mineral	2,6	-0,2	2,3	6,1
Transformação	-2,2	-1,2	2,6	0,5

Segundo dados da CNI, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação apresentou uma queda, passando de 79,1% em abril de 2024 para 78,7% em maio de 2024, conforme a série ajustada sazonalmente. Em comparação com maio de 2023, esse indicador mostrou-se estável, com uma variação de apenas -0,1 p.p.

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

Diretor Executivo:

Walter Luiz Juca Sá

Coordenador Unidade Técnica

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

Diretor Regional:

José Carlos Lyra de Andrade

Superintendente:

Helvio Braga Vilas Boas

Coordenadora de Inovação e Pesquisa

Elíana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA – IEL/AL

Coordenadora

Elíana Maria de Oliveira Sá

Consultores

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Analistas

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

Estagiários

Bruno Melo Vasconcelos

Maria Raquel Farias Cezário

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

Design/Layout

Pedro Monteiro de Oliveira

Yasmin Nayara de Araújo Costa